

Autoritarismo no Discurso da Imprensa Brasileira Durante o Golpe de 1964¹

Camila Garcia KIELING²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo: Este artigo analisa quatro dos mais influentes jornais diários brasileiros em 1964 (*Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) e procura compreender de que forma seu discurso sobre a crise político-militar vivida naquele momento no país apresenta características do pensamento autoritário (LINZ, 1979; STOPPINO, 1986). Compreendendo o discurso jornalístico como uma narrativa mediadora das ações no tempo (MOTTA, 2004), pretendemos analisar de que forma aspectos característicos do autoritarismo, tal como concebidos nos campos da história e da sociologia, estão articulados na narrativa da imprensa no momento do golpe.

Palavras-chave: imprensa; golpe de 1964; autoritarismo.

Introdução

A atuação da imprensa no golpe de 1964 é ainda importante objeto de pesquisa. Qualificados estudos acadêmicos já demonstraram o apoio da grande imprensa brasileira para a criação de um clima de instabilidade que abriu as portas e legitimou as ações do movimento golpista civil e militar que destituiu o presidente João Goulart. Apesar da memória institucional e dos próprios jornalistas tentarem consolidar uma visão contrária ou amenizada, o fato é que a grande imprensa brasileira disse *sim* ao golpe, como demonstram as pesquisas de Abreu (2004), Amado (2008), Barbosa (2007), Chammas (2012), Kushnir (2004), Larangeira (2014), Machado da Silva (2014), entre outros.

É, assim, de amplo reconhecimento no campo da história da imprensa brasileira o apoio desses meios de comunicação aos golpistas em 1964. Sodré, autor do clássico *História da Imprensa no Brasil* (2011), sustenta a tese de que o golpe foi organizado e que a tentativa de tomada de poder em 1961, quando da abdicação de Jânio Quadros, foi um “ensaio” para 1964:

[...] vencido em 1961, o movimento antinacional e antidemocrático retraiu-se, organizou-se e preparou, longa e meticulosamente a investida que lhe permitiria a vitória. Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Comunicação Social pela mesma instituição. Bolsista Capes/Prosup. E-mail: camila.kieling@acad.pucrs.br.

interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. (SODRÉ, 2011, p.599-600)

Barbosa (2007) e Bahia (1990) expõem as semelhanças entre o comportamento da imprensa às vésperas do golpe de 1964 com aquele desempenhado na campanha contra o presidente Getúlio Vargas, dez anos antes. Para Bahia (1990), a opinião concentrada da mídia desempenha um papel central entre os fatos políticos que culminam com o suicídio de Vargas em 1954, no sentido de desestabilizar o sistema de poder representado pelo chefe de governo, fenômeno que se repete em 1964:

O pretexto é combater a subversão e restaurar as liberdades públicas tidas como ameaçadas. Durante três meses – janeiro, fevereiro e março – os meios de comunicação de massa atuam em bloco, emitindo uma opinião e um noticiário dirigidos para enfraquecer e demolir o “inimigo comum”, personificado em Goulart. No caso Vargas, o papel preponderante é dos jornais e das rádios. Em 64, acrescenta-se a TV. (BAHIA, 1990, p. 269)

Para Barbosa (2007), o período entre 1950 e 1960 deve ser visto como um momento de intensa oposição entre os jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, sendo que, em 1954, este último era o único jornal, entre a grande imprensa, que apoiava o governo Vargas. A autora identifica, dez anos mais tarde, o mesmo modo de operação:

As greves de 1953, a elevação dos salários dos operários, no início de 1954, a radicalização do discurso oficial e a dinamização da vida sindical são temas explorados ao máximo pelos jornais para conseguir o apoio dos grupos médios para o golpe e, também, a simpatia do proletariado urbano. Os jornais criticam, em uníssono – destoando apenas *UH* –, a “corrupção” do governo em nome da “moralidade”. Dez anos depois, os nomes mudarão, mas a ação da grande imprensa será semelhante, ao opor “democracia” ao “comunismo”. (BARBOSA, 2007, p.181)

Skidmore (2000), autor de obras de referência sobre a ditadura militar no Brasil, também identifica o fenômeno: “A Revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como *o Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* pugnavam abertamente pela deposição do governo Goulart” (SKIDMORE, 2000, p. 63).

Melo (1985) utiliza a participação da mídia no “clima” de instabilidade política que culminou com o golpe de 1964 para exemplificar as relações de força entre imprensa e Estado, citando pesquisa de Jonathan Lane que, já em 1967, identificou que as instituições jornalísticas brasileiras que atuaram durante a queda do governo Goulart tiveram a intenção explícita de “criar pânico entre as forças armadas, conduzindo-as à insubordinação contra o regime constitucionalmente instalado” (MELO, 1985, p. 80).

Vemos, assim, que a atuação da imprensa como apoiadora do golpe de 1964 está identificada por grande parte da bibliografia sobre a história da imprensa brasileira. Mesmo assim, jornais e jornalistas, a partir de suas perspectivas e ações memorialísticas, apresentam uma narrativa um tanto diversa, que busca relativizar esse apoio. A tentativa de rever a trajetória da imprensa acontece mesmo antes do fim do regime militar. A coletânea *O golpe de 64: A imprensa disse não* (1979) reúne textos de diversos colunistas (entre eles, Alceu Amoroso Lima, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Otto Lara Resende, Otto Maria Carpeaux) publicados ao longo do primeiro ano ditadura. No texto introdutório *Quem é quem – E por que está aqui*, a organizadora da obra, Thereza Cesário Alvim, afirma:

Basta! e Fora! são os títulos de dois violentíssimos editoriais saídos no *Correio da Manhã*, respectivamente, nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, em apoio à derrubada de João Goulart. Já no dia 2 de abril, quando *Última Hora*, com a redação depredada na véspera pela mesma horda de fanáticos que incendiou o prédio da UNE saía com edição de guerra, aquele jornal, dirigido por Niomar Muniz [sic] Sodré Bittencourt, demonstrava reconhecer que havia tomado o bonde errado – e assumia esse engano com a lealdade e a coragem que logo o transformaria no órgão brasileiro de imprensa mais importante da época, na melhor tribuna de oposição à ditadura emergente. (ALVIM, 1979, p. 11)

São brechas críticas, muitas bastante sutis, registradas na imprensa ao longo do ano de 1964, especialmente no *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Última Hora*. Fica claro que os jornalistas que participam da coletânea reclamam por uma separação entre a sua voz e a do jornal como empresa de comunicação, admitindo, de certa forma, a participação no golpe, como mostra a menção de Alvim aos famosos textos publicados no *Correio da Manhã* e que contaram com a colaboração de participantes da coletânea para sua confecção³. A reunião de textos tem o mérito de mostrar que o jornal é espaço de

³ Carlos Heitor Cony, em depoimento a Gaspari (2002) relata as condições de produção do famoso editorial “Basta!”, do *Correio da Manhã* de 31/3/1964. O jornalista fez parte do grupo que redigiu o texto, junto com Otto Maria Carpeaux, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues e Edmundo Moniz (GASPARI, 2002, p.65).

contradições, porém, não é possível admitir a veracidade do título da obra: a grande imprensa brasileira e os jornalistas disseram “sim” ao golpe de 1964.

No caso do Brasil, parte da produção historiográfica que buscou explicar o golpe militar de 1964 afirma que a desestabilização civil foi forte, ao passo que a ação militar foi um tanto improvisada:

Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do IPES e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março. Assim, creio não ser abusivo afirmar o acerto histórico da leitura segundo a qual a “desestabilização civil” foi bastante articulada, mas a ação militar não foi inteiramente planejada, com segurança e sistematicidade, ficando à mercê de iniciativas de algum modo imprevistas [...]. (FICO, 2004, p. 55)

Para Silva (2013), golpe não só contou com a desestabilização civil como teve participação decisiva da mídia, que articulou a construção de um imaginário favorável ao desfecho. Para o autor, o golpe de 1964 foi civil, militar e midiático: “Poucas vezes a imprensa foi tão golpista. Talvez nunca tenha sido mais injusta. Raramente se sentiu tão feliz e poderosa” (SILVA, 2013, p. 208).

Em nossa perspectiva, a atuação da imprensa está entre os elementos que fizeram parte da desestabilização civil e que contribuíram para a efetivação e legitimação do golpe, tendo em vista que o discurso produzido pelos jornais não apenas reflete, mas também interfere de forma significativa na construção social da realidade, ao fornecer um “quadro referencial explicativo do mundo” (SOUSA, 1999). Neste quadro, sabemos que a imprensa estava frontalmente contra o governo Goulart, mas resta compreender de que forma articulou seu discurso desestabilizador, encadeando acontecimentos e argumentos que apontavam para o Brasil – descrito como “caótico”, “anárquico” – uma solução autoritária.

Neste artigo, buscamos analisar o discurso das empresas jornalísticas através de seus textos editoriais, procurando compreender esse “quadro referencial explicativo” oferecido na avaliação dos fatos e na organização de seus discursos sobre os acontecimentos políticos que levaram ao golpe em 1964. É importante ressaltar que não adotamos aqui a separação simplista entre espaço informativo *versus* espaço opinativo, pois entendemos a comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de

leitura: “Uma trilha que põe a narrativa no campo dos atos de fala e das relações pragmáticas” (MOTTA, 2004, p. 11). Assim, não há informação nem opinião puras e simples, e que possam ser compreendidas fora de sua relação com o receptor e das metanarrativas culturais.

Em termos metodológicos, consideramos a narrativa jornalística como narrativa do cotidiano, mediadora das ações no tempo, organizadora da experiência entre o passado, o presente e o futuro: “O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é, ao mesmo tempo, linguística e temporal” (MOTTA, 2005, p. 9). Nesse sentido, o texto é ponto de partida, mas não perdemos de vista o fato de que ele só produz sentidos na relação com atores históricos humanos e com o contexto:

O texto e suas significações são apenas os nexos entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o ato de interpretar (atos de alguém, de algum sujeito). São apenas a forma que assume a relação entre atores humanos históricos. Concebemos a análise da narrativa como caminho rumo ao significado porque o significado é uma relação, não há significado sem algum tipo de troca (MOTTA, 2005, p. 3).

Assim, é preciso ter em conta que a narrativa jornalística difere – tanto em termos de produção quanto de recepção e circulação – dos discursos técnico, burocrático ou acadêmico/científico, mas ela pode ser analisada e compreendida em *relação* a essas demais esferas discursivas. Tomando isso como base, nossa análise tem como objetivo operar um diálogo entre o discurso jornalístico, impregnado do presente e do cotidiano, com conceituações e elaborações teóricas oriundas dos campos da história, da sociologia e da geopolítica.

Autoritarismo: características e interpretações

Para Stoppino (1986), “são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas” (1986, p. 94). O autor articula o uso do conceito a três principais contextos, os quais podem ser associados de diferentes formas: a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas. Afirma também que há “uma tendência significativa para limitar o uso do termo para as ideologias nas quais a acentuação da importância da autoridade e da

estrutura hierárquica da sociedade tem uma função conservadora [e não transformadora]” (p. 95), fazendo da organização hierárquica da sociedade o princípio político central para o alcance da ordem, considerada um bem supremo e embasada pela crença na desigualdade natural entre os homens. Nessa abordagem, de cunho generalizante, já despontam algumas características que a seguir poderão ser observadas no discurso da imprensa: autoridade, ordem, hierarquia.

Linz (1979) caracteriza e cria uma tipologia dos regimes autoritários, inserindo-os, em uma perspectiva de gradação, entre as democracias e os totalitarismos. Dentre as tipologias estabelecidas, apresenta os regimes autoritários burocrático-militares, entre os quais aloca o regime militar estabelecido no Brasil a partir de 1964. Definem-se, genericamente, como

Regimes autoritários onde uma coalizão, nas quais oficiais das forças armadas e burocratas ocupam uma posição predominante, mas não detêm poder exclusivo, estabelece o controle do governo excluindo ou incluindo outros grupos sem se comprometer com uma ideologia específica, agindo pragmaticamente dentro dos limites de sua mentalidade burocrática e sem criar ou permitir que um partido único de massa desempenhasse um papel dominante [...]. (LINZ, 1979, p. 149)

Nesse sentido, algumas das características do regime autoritário burocrático-militar estabelecido no Brasil são:

a) Fundamentação da legitimidade através de um esforço de atuação sob um *marco legal* e não através do tipo ideal de autoridade, como a presença de um líder carismático. Aqui destaca-se a noção de *legalidade* – “distorção ou perversão da legalidade” (p. 152) –, central na crise político-militar de 1964.

b) Caráter contrarrevolucionário e reacionário, atribuindo aos militares e burocratas o papel de garantidores da contenção da radicalização das camadas excluídas. No caso do Brasil, a *ameaça revolucionária* foi um dos pilares da doutrina de segurança nacional, inspiradora dos militares (COUTO E SILVA, 1981). Ao comentar os casos de Brasil e Argentina, Linz (1979, p. 160) destaca a problemática da contenção das aspirações dos setores populares que se articulavam em um período democrático:

[...] segmentos importantes das sociedades latino-americanas mais avançadas estavam preocupadas com as pressões oriundas de um setor popular, inicialmente mobilizadas de cima, pelos regimes autoritários populistas anteriores que tinham criado forças organizadas como sindicatos e partidos vinculados a eles, capazes de expressar suas exigências nos sistemas políticos democráticos, após as quedas do Estado Novo e do Peronismo.

c) Visão do conflito político como disfunção: os conflitos políticos são enquadrados como “ameaça revolucionária” e, somados às dificuldades econômicas vividas pelos país, tornam-se tensões incontornáveis, com o poder executivo pressionado pelas demandas e o direcionamento do jogo político para a mudança das regras em vez do diálogo dentro das regras existentes (LINZ, 1979). Este aspecto, como veremos a seguir, fica bastante claro no discurso jornalístico no momento do golpe, especialmente na caracterização do Governo Goulart como incapaz de responder às demandas colocadas naquele momento.

d) Enfraquecimento da dimensão política na solução dos conflitos: na mentalidade técnica e burocrática, a política passa a ser entendida como um obstáculo para a solução racional dos problemas.

Dentre os pontos de inflexão que organizam a perspectiva autoritária burocrática-militar, está a questão da forma como os regimes se inserem no campo das ideias. Nesse sentido, Linz (1979) diferencia os conceitos de ideologia e de mentalidade. Afirma que essa tipologia autoritária configura-se através de arranjos de poder coligados por mentalidades, uma espécie de semi ou pseudo ideologia de componente utópico limitado e que concentra-se na referência a valores genéricos e pragmáticos que apagam as linhas de divisão das coalizões políticas que embasam o regime, tornando-o mais adaptável às mudanças contextuais.

Em contraponto, Fico (2004) relaciona o sistema repressivo empreendido a partir de 1964 a uma unidade ideológica que chama de “utopia autoritária”:

Penso que só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro”. (FICO, 2004, p.36)

O autor, apesar de atribuir os conceitos de ideologia e utopia a essa unidade de ideias, concebe-a como uma derivação mais “fraca” da Doutrina de Segurança Nacional: “Talvez possamos dizer que a ‘utopia autoritária’ seja uma forma menos elaborada e intelectualmente diluída da doutrina” (FICO, 2004, p. 38), aproximando-a, assim, daquilo que Linz (1979) entendeu como ‘mentalidade’.

Utopia, mentalidade ou ideologia, importa que esse conjunto de ideias abasteceu um imaginário, funcionando como uma “máquina que ‘turbina’ o real, tornando-o fantástico e

mais desejável ou temível” (SILVA, 2010, p. 67). E nesse imaginário, construído e alimentado através da imprensa, como veremos nas amostras dos textos editoriais de 2 de abril de 1964, estavam os elementos constituintes da *utopia autoritária* (FICO, 2004), da *mentalidade autoritária* (LINZ, 1979) ou ainda da *doutrina de segurança nacional* (COUTO E SILVA, 1981): a crença da superioridade militar sobre os manipuláveis civis, a proposta de “cura do organismo social” através da extirpação do “câncer comunista” e a busca da superação das deficiências da sociedade brasileira. Estes são alguns aspectos presentes nos editoriais que analisamos nos jornais *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* no momento da consolidação do golpe civil-militar e que refletem as primeiras reações desses veículos frente à ruptura institucional.

1964: o autoritarismo na grande imprensa

A categoria *autoritarismo*, na dimensão das disposições psicológicas a respeito do poder (STOPPINO, 1986), é utilizada pela imprensa para denunciar o que chamam de inclinações caudilhescas de Goulart. Há uma forte crítica à sua performance no poder. Na visão do *Jornal do Brasil*, não poderia haver outro tipo de trabalhismo, se não oportunista, vindo de um latifundiário. Seu trabalhismo seria:

[...] mais instrumento de ação política e posse do Poder do que sentimento original e sincero de uma liderança nascida nas duras condições da sociedade industrial urbana. O reformista latifundiário teria de ser o trabalhista oportunista, de intuítos caudilhescos, ávido de poder e inapetente da coisa administrativa, planejada e criadora. (JB, 2/4/1964, p.5)

As características “caudilhescas” da personalidade autoritária de Jango são referidas também em outros jornais, que fazem uma clara associação de sua figura ao getulismo e, conseqüentemente, ao culto à personalidade e às tendências ditatoriais. Seu trabalhismo não é considerado genuíno, e sua aproximação com os trabalhadores, usando uma faceta carismática, seria levada por motivações pessoais e centralizadoras.

O objetivo central de Jango configuraria a “ampliação constante do poder usufruído”: “A luta pela Justiça Social, tão tônica na política janguista, generosa em seus termos retóricos, logo se revelou egoísta em seus fins políticos reais” (JB, 2/4/1964, p.5). O editorial faz, ainda, menção à questão da solução parlamentarista – utilizada em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, como condição para a posse do vice João Goulart – e

afirma que Jango “restaurado presidente pleno, transformou as reformas em alavancas para a conquista de poderes novos e antidemocráticos” (JB, 2/4/1964, p.5).

Esta é também a interpretação de *O Estado de S. Paulo*, que reforça a vinculação de João Goulart a uma personalidade autoritária:

[...] Sr. João Goulart, que, levado pelas suas irreprimíveis inclinações de caudilho – um tipo que nem brasileiro é – a fim de se manter no poder e até ampliá-lo, não hesitou em construir seu regime arbitrariamente personalista e confessadamente continuísta sobre uma base política formada por grupos totalitários [...]. (OESP, 2/4/1964, p.3)

Como apontado na tipologia proposta por Linz (1979), o regime autoritário burocrático-militar instalado no Brasil apresenta entre suas características o rechaço ao culto de personalidades autoritárias, padrão estabelecido logo no início do regime: “Castelo estabeleceu o precedente para os subseqüentes governos militares: nada de caudilhos e sucessão somente por consenso militar” (SKIDMORE, 2000, p. 134).

Em oposição à ao personalismo autoritário, o discurso jornalístico volta-se à valorização da legitimidade através do critério da *legalidade*, como apontado por Linz (1979). A legalidade é um valor muito importante neste momento, e para o qual devemos estar atentos em seus desdobramentos no discurso midiático, pois, como aponta Skidmore (2000), os militares sempre fizeram questão de amparar seus atos, por mais autoritários que fossem, com instrumentos que os cobrissem com verniz de legalidade. Foi o caso, inclusive, do AI-5: “até em momentos de decisões arbitrárias, os militares brasileiros persistiam na crença de que suas ações deviam ter a cobertura de uma respeitável justificativa legal” (SKIDMORE, 2000, p.194). Na ocasião do golpe, essa prerrogativa apresenta-se, no discurso da imprensa, como denúncia em relação ao governo Goulart (ilegalidade) e como elogio à ação militar (retorno à legalidade).

O *Jornal do Brasil* define a reação militar como um movimento pela restauração da legalidade: “O problema era a permanência do Sr. João Goulart no Poder que não soube cumprir, nem honrar. Esse problema foi resolvido pela restauração da legalidade, na sua pureza democrática” (JB, 2/4/1964, p. 5). Em seu diagnóstico, o golpe foi uma “reação para repor o País nos quadros da legalidade democrática” (JB, 2/4/1964, p. 5).

A questão da legalidade, na visão da imprensa, é uma tônica tanto no diagnóstico dos acontecimentos em curso quanto nas expectativas sobre rumos da Nação a partir da

intervenção militar. Para o *JB*, o golpe foi o “Movimento triunfante pela força das armas aliada à *autoridade* de uma consciência *legalista*” (*JB*, 2/4/1964, p. 5, grifos nossos).

“O problema era a permanência inaceitável do Sr. João Goulart no Poder que não soube cumprir, nem honrar. Esse problema foi resolvido pela restauração da legalidade, na sua pureza democrática” (*JB*, 2/4/1964, p. 5). A partir dessa intervenção, o jornal imputa a solução da situação nacional aos textos constitucionais (novamente, a tônica na legalidade), completando e consolidando o movimento iniciado pelo militares através dos preceitos legais, ou seja: imediatamente, a ocupação da presidência vaga pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Rainieri Mazzilli, e logo a seguir, “O Governo-tampão que o Congresso elegerá tem um programa à sua espera: criar condições de administração pública para o Presidente da República que vai sair das urnas livres e respeitadas de 3 de outubro de 1965” (*JB*, 2/4/1964, p. 5). O jornal opera, assim, aquilo que Linz (1979) descreve como “distorção ou perversão da legalidade” (p. 152), revestindo a intervenção militar de legitimidade legal e apostando na aplicação das mesmas regras (a Constituição) – que não valeram no caso de Goulart – para a manutenção do regime democrático no país.

A *Folha de S. Paulo* imputa o autoritarismo ao governo Goulart, atribuindo-lhe “o propósito de eliminar o Congresso Federal” (*FSP*, 2/4/1964, p. 4), com o apoio de altos oficiais das Forças Armadas. Já a ação golpista é considerada legítima pelo viés da legalidade: “Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. [...] E assim deve-se enxergar o movimento que empolgou o país. [...] E termina com a vitória do espírito da legalidade, reestabelecido o primado da Constituição e do Direito. (*FSP*, 2/4/1964, p. 4).

O editorial do *Correio da Manhã*, publicado na capa da edição de 2/4/1964 afirma que “a nação sai vitoriosa com o afastamento do Sr. João Goulart da Presidência da República” e também denuncia o autoritarismo do ex-presidente: “A queda do Sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política com a *instauração de uma ditadura*” (*CM*, 2/4/1964, p.1, grifo nosso).

A ênfase da imprensa sobre as supostas inclinações autoritárias de Goulart não pode ser compreendida fora do âmbito das *tensões incontornáveis* produzidas pela *ameaça revolucionária*. Neste ponto insere-se uma das mais importantes ênfases da doutrina de segurança nacional, inspiradora da “utopia autoritária” caracterizada por Fico (2004): a extirpação do “câncer comunista”. O equilíbrio entre segurança e liberdade é preponderante na doutrina, tal como caracterizada em termos geopolíticos e geoestratégicos por Couto e

Silva (1981) durante toda a década de 1950. Em seus termos, não é possível pensar o Brasil sem integrá-lo ao contexto internacional, de profundo antagonismo entre a Civilização cristã do Ocidente (EUA) e o Materialismo Comunista do Oriente (URSS) que arregimenta todo o planeta. O enfretamento da ameaça comunista é um dos Objetivos Nacionais Permanentes, sendo necessário que o Brasil firme sua posição no Ocidente através de um Estado forte que supere os antagonismos em nome dos verdadeiros interesses nacionais. Nesse sentido, ser nacionalista é opor-se a facções e, na América Latina, torna-se essencial o amadurecimento do nacionalismo, tentando livrar-se do caudilhismo e da demagogia dos regimes populistas (dos quais Goulart era visto como representante). A ameaça comunista preocupava, em termos geoestratégicos, por sua capacidade de internacionalização ideológica, infiltrando-se e agindo desde dentro de países permeáveis, especialmente naqueles onde há miséria e minorias corruptas ostensivas (COUTO E SILVA, 1981).

Estes elementos estão presentes no discurso do *Jornal do Brasil*: na visão desse periódico, o janguismo é objeto de “desterro político”, pois representaria um trabalhismo impregnado de paternalismo e extremismo, sintomas infantis que facilitaram “o ingresso da influência comunista nas fileiras do janguismo, a ponto de se aproximar e dominar a própria figura do caudilho” (JB, 2/4/1964, p.5).

Na *Folha*, as referências à ação comunista são explícitas e repetidas: o jornal denuncia a ação de comunistas que agiriam em cargos federais “orientando muitas ações do governo”: “a sementeira vermelha se tornou cada dia mais abundante, não demorando a produzir seus amargos e venenosos frutos [...]” (2/4/1964, p. 4). Também questiona o porquê da influência dos comunistas na política nacional, visto que o partido estava na ilegalidade e era sistematicamente rechaçado nas urnas. “Ora, a Pátria estava ameaçada pelo comunismo, que o povo brasileiro repele” (FSP, 2/4/1964, p.4). A união entre demagogia e inspiração comunista também aparece. A *Folha* credita as greves não à vontade dos trabalhadores, mas a uma “cúpula política bem engordada em cômodas posições de falsa liderança”. Refere-se ao Comício da Central como uma “pregação aberta da revolução e do descumprimento da Constituição” e também cita a quebra de hierarquia militar no caso da revolta dos marinheiros.

O Estado de S. Paulo defende a teoria de que a intervenção militar enterra de vez o Estado Novo: “finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava” (OESP, 2/4/1964, p.3). Na interpretação do jornal, o governo de Jango

representava a ditadura, e a intervenção militar, a democracia brasileira. O cerne do problema, na interpretação de *OESP*, está, assim como para a *FSP*, na ameaça comunista:

A opção diante da qual se colocou o País era de uma clareza meridiana. Ou este se resignava a aceitar as imposições de uma minoria comunista sem expressão real no corpo da Nação e aberrante de toda a sua tradição ou se decidia pelo caminho da luta, antecipadamente certo que para alcançar a vitória teria de demonstrar a mesma capacidade de organização do adversário, a mesma pertinácia e a mesma agressividade, características essas que distinguem todos os partidos e facções de ideologia bolchevista. (*OESP*, 2/4/1964, p.3).

OESP menciona explicitamente a questão da Guerra Fria. No subtítulo *A página que o Brasil escreveu para a história* (2/4/1964, p. 3), afirma a importância estratégica do Brasil naquele momento histórico e alerta para as ligações entre Jango e os comunistas, que já estariam “no governo, embora ainda não no poder”. No mesmo trecho, faz referência ao caudilhismo, reforçando a vinculação de João Goulart ao getulismo e ao Estado Novo e a um imaginário de perigo ditatorial: “Num recente documento, um relatório preparado para a Comissão das Relações Exteriores da Câmara dos Representantes, o próprio Departamento de Estado norte-americano reconheceu que o Brasil se transformara no cenário principal da Guerra Fria na América Latina” (*OESP*, 2/4/1964, p.3).

Na interpretação do *Correio da Manhã*, autor dos conhecidos e virulentos editoriais *Basta!* e *Fora!*, a tônica é o acirramento das disputas políticas. A queda de Goulart “se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura” (CM, 2/4/1964, p.1).

É a mesma linha que defende a *Folha*, indo ao encontro da análise de Fico (2004) de que a desestabilização civil teve um papel forte na articulação do golpe: de acordo com a avaliação deste jornal, estavam contra Jango “considerável parcela das Forças Armadas e diversos líderes civis de incontestável autoridade”. Trata também da participação da imprensa nesse clima político, confirmando seus créditos no processo de desestabilização:

A cada abuso de poder crescia a apreensão natural das pessoas que têm consciência do regime constitucional em que vivemos, e que é o democrático. Essa apreensão manifestou-se na maioria da imprensa brasileira independente. Este jornal registrou numerosas vezes sua estranheza ante a cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o governo federal [...]. (*FSP*, 2/4/1964, p. 4, grifo nosso)

As disputas políticas, em sua face virulenta e imobilizadora, tornam-se danosas ao país na visão depreendida dos discursos dos jornais. Para a *Folha*, as reformas, em vez de servirem ao propósito de resolver graves problemas do país, tornaram-se mera “bandeira de agitação”, pregada com o propósito de “atirar os vários grupos sociais uns contra os outros” (*FSP*, 2/4/1964, p.4).

Para o *Jornal do Brasil*, Goulart não teria condições de conduzir as reformas, citando sua conturbada chegada à presidência: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi levado ao poder “sem quadros, sem preparação, sem unidade e sem programa coerente e orgânico para a época nacional” (*JB*, 2/4/1964, p.5) afirma o jornal.

É importante ressaltar que todos os veículos de nosso recorte preocupam-se em expressar a defesa de valores como a democracia, o progresso e também reforçam a real necessidade das reformas para o desenvolvimento do país.

Para o futuro, o *JB* projeta o fortalecimento do movimento sindical e da democracia. Aqui entram em cena aspectos interessantes do discurso dos editoriais analisados, e que aparecem também na análise de Fico (2004) sobre a utopia autoritária e na doutrina de segurança nacional, que procura, além do equilíbrio entre segurança e liberdade, o equilíbrio entre segurança e bem-estar (COUTO E SILVA, 1981): a necessidade de superação das deficiências da sociedade brasileira. Nos jornais analisados neste recorte, o apoio ao golpe é acompanhado pela afirmação de que a sociedade brasileira, naquele momento, precisava sofrer reformas. Em alguns casos, como no *JB*, admite-se que as reformas de base propostas por Jango realmente deveriam ser efetivadas: “temos urgência das reformas por que bradava o Sr. João Goulart sem a mínima preocupação de como realizá-las. Era demagógica e mentirosa e voz que pedia essas reformas. Elas, no entanto, são inadiáveis” (*JB*, 2/4/1964, p. 5).

Na avaliação do *JB*, mesmo o trabalhismo deveria ser salvo: “O Brasil que se livra agora de um falso Presidente trabalhista deve ser um Brasil trabalhista”. Propõe que se restabeleça o movimento sindical, libertando-o da “tutela governamental”, que o Congresso regulamente o direito de greve, evitando que o Brasil se torne um país antissindical.

Entramos, aqui, em outro campo recorrente nos editoriais analisados: a defesa de valores democráticos. Nesse sentido, o texto do *JB* é taxativo: “É para o Brasil democrático que se devem voltar todos os cuidados dos brasileiros”. Dentre esses valores, destaca-se a liberdade de imprensa e de opinião: “[...] a liberdade de imprensa é pedra de toque do regime democrático [...]”. O *JB* afirma sua “luta pela legalidade, pela ordem e pelo livre

exercício da expressão do pensamento” (*JB*, 2/4/1964, p.5). Ao comentar o empastelamento do jornal *Última Hora*, volta a valorizar a legalidade e a democracia: “Queremos que a hora da vitória seja também uma hora de grandeza. A restauração da legalidade democrática constitui todo o triunfo, por si só” (*JB*, 2/4/1964, p.5).

Para a *Folha*, as reformas são “necessárias ao progresso do país” (*FSP*, 2/4/1964, p.4). O *Correio da Manhã* afirma: “Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independentes” (*CM*, 2/4/1964, p. 1). O *Correio* foi um dos únicos e primeiros veículos de comunicação de massa a reconhecer que apoio ao golpe foi um erro e, mesmo considerando-o naquele momento uma “Vitória” (o título do editorial), preocupa-se em afirmar que este ato “não justifica de modo algum um regime de exceção” ou cerceamento das liberdades. Essa preocupação manifesta-se veementemente:

Não podemos consentir que levemente se restrinjam a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade sindical, a liberdade partidária, ou, melhor, que sofra o menor arranhão a livre manifestação das ideias. [...]
Ditadura nunca! Seja de direita, esquerda ou do centro. Queremos o respeito à Constituição. (*CM*, 2/4/1964, p.1)

Vemos, assim, que os jornais, em seu posicionamento discursivo, dialogam com a *mentalidade autoritária* do período (LINZ, 1979) para enquadrar tanto as atitudes do adversário político (o governo Goulart) quanto as ações dos próprios golpistas, até aqui identificados com a *legalidade*. Como narrativa do cotidiano, a imprensa passa ao largo das contradições implicadas naquele conturbado cenário político, no qual opõem-se a concordância, por um lado, em relação à necessidade das reformas de base, e, por outro, o destrutivo ambiente de polarização política. Fica expressa (mas não é explicada) no discurso da imprensa a incompatibilidade entre a defesa de valores democráticos e o apoio a uma solução indiscutivelmente autoritária para um impasse que é também, ele próprio, concebido nesses termos.

Referências

ABREU, Alzira. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: FICO, Carlos et. al (Orgs.). **1964-2004: 40 anos do golpe** – Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p.15-25.

ALVIM, Thereza Cesário (Org.). **O golpe de 1964**: A imprensa disse não. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

AMADO, João. **Da redação do *Jornal do Brasil* para as livrarias: *Os idos de março e a queda em abril***, a primeira narrativa do golpe de 1964. 243f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica** – História da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* entre 1964 e 1968**. 113f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. Entre censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964. In: FICO, Carlos et. al (Orgs.). **1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p.80-90.

LARANGEIRA, Álvaro. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre, Sulina, 2014.

LINZ, Juan José. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, Paulo S. (org). **O estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 119-213.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 28, 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e Configuração Narrativa da História do Presente. **E-Compós**. São Paulo: Compós, dez. 2004. Disponível em: <www.compos.org.br/e-compós>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SILVA, Juremir Machado. **1964: Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Juremir Machado. **Jango: Vida e morte no exílio**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

SILVA, Juremir Machado. **O que pesquisar quer dizer**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra: Edições Minerva, 1999.

STOPPINO, Mario. **Autoritarismo**. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1986. p. 94-104.

Editoriais consultados:

EM DEFESA DA LEI. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 2 abr. 1964. p.4.

FUTURO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964. p.5.

O SIGNIFICADO MAIOR DE UMA VITÓRIA. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 abr. 1964. p.3.

PASSADO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964. p.5.

PRESENTE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964. p.5.

VITÓRIA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964. p.1.